115 / 128 - Feirinha De Tambaú: Requalificação Urbana E Gestão Compartilhada na Capital Da Paraíba

COUTINHO, Marco Antônio Farias (1); VIDAL, Wylnna Carlos Lima (2)

(1) Arquiteto-urbanista/Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente-UFPB, Professor da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Coordenador do Projeto de Extensão – UFPB/PMJP – Rua Clotilde Torres, 70/301-Tambauzinho – João Pessoa – PB – 58042-080 e-mail: mcoutinho@ct.ufpb.br

(2) Arquiteta-urbanista/Mestre em Engenharia Urbana – UFPB, Professora do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, Arquiteta - colaboradora da Coordenação de Projeto Especiais – PMJP – Rua Pedro Juscelino de Aquino, 231 – Jd. Cidade Universitária. João Pessoa – PB – 58052-370 – e-mail: wylnna@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho discute a proposta de Requalificação Urbana das Praças Santo Antônio e Vicente Trevas – conjunto popularmente conhecido como “Feirinha de Tambaú”, na cidade de João Pessoa, PB. Elaborada pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa conjuntamente com a equipe do Projeto de Extensão UFPB/PMJP para Requalificação de Espaços Públicos. A proposta visa o enfrentamento do problema da ocupação desordenada das referidas praças pelo comércio informal. Localizada no bairro de Tambaú, área de intenso fluxo turístico e alta valorização imobiliária, a Ferinha constitui um dos espaços mais tradicionais voltados ao lazer e encontros da cidade. Alvo de sucessivas intervenções urbanas, nas últimas duas décadas foi sendo intensivamente ocupada por comerciantes informais dedicados à venda de produtos artesanais, e por pequenos bares e lanchonetes voltados, sobretudo, aos turistas. A Municipalidade em ocasião passada buscou disciplinar tal ocupação organizando os comerciantes em pontos padronizados. Essa medida com o decorrer do tempo não obteve os resultados esperados, visto que alguns dos comerciantes beneficiados passaram alterar a fisionomia das barracas promovendo ampliações indevidas. Alguns sublocaram seus pontos a terceiros e ainda outros, não contemplados pelo projeto, ali se instalaram posteriormente resultando no crescente desordenamento e gradativa deterioração das atividades na área. Em 2005, Prefeitura Municipal e comunidade se organizaram e instituíram o Fórum de Tambaú para discutir os problemas e encaminhar soluções para a área. Essas diretrizes estão aqui expostas.

Palavras-chave: Requalificação Urbana; Comércio Informal; Feiras em Espaços Públicos.

Abstract

This paper deals with the proposal of Urban Renovation of the Santo Antonio and Vicente Trevas squares-ensemble popularly known as “Feirinha de Tambaú”, in the city of Joao Pessoa, PB. This proposal was elaborated by the Urban Planning Secretary of the Municipal Government of João Pessoa together with the team of the Extension Project UFPB/PMJP for the Renovation of Public Spaces. The proposal aims at the solution of the problem of disordered occupation of the related squares, by informal commerce activities. Located in the suburb of Tambaú, area of intense tourist flow and high real estate value in the city, the Ferinha constitutes one of the most traditional spaces directed to the leisure and meeting in Joao Pessoa. A stage for successive urban interventions over the last two decades, it has being intensively occupied by

informal vendors of artisan products, and by small bars and snack bars directed especially to tourists. The Municipality, in the last occasion, tried to discipline such occupations, organizing the vendors in standardized points. However, due to unsatisfactory results, in 2005, the Municipality and the community organized and constituted the Forum of Tambaú, to discuss the problems and devise more adequate solutions for the area. These guidelines are hereby presented.
***Keywords**: Urban Renovation; Informal Commerce; Fairs in Public Spaces.*

Introdução

A ocupação dos espaços públicos pelo comércio informal constitui um problema de difícil enfrentamento nas grandes cidades brasileiras. Em João Pessoa, capital paraibana, tal ocupação é bastante antiga. Nas áreas centrais da cidade a comercialização de frutas da estação em balaios e bancas improvisadas nas calçadas é atividade corriqueira. Sapateiros, engraxates, amoladores de facas e tesouras juntamente com bancas de aviamentos e confecções populares são exemplos de serviços e de pequeno comércio tradicionalmente presentes nas ruas da cidade.

A proliferação indiscriminada do comércio informal, sobretudo nas duas últimas décadas concorreu para abalar a convivência relativamente pacífica entre as atividades informais, o comércio formal e a população. A invasão das calçadas e praças do Centro pelos camelôs e a diversificação da oferta de produtos a preços mais baixos, como confecções, utilidades domésticas, brinquedos e eletro-eletrônicos, entre outros, passaram a configurar uma concorrência direta com o comércio formal. Dificultaram também a circulação das pessoas em determinados trechos do Centro. O problema assumiu dimensões que impuseram ao poder público a necessidade de intervir.

A proibição e eliminação da atividade informal não têm se mostrado um caminho possível, tendo em vista a questão social que permeia o problema. A postura mais freqüente do município vinha sendo acomodar os camelôs em algumas áreas planejadas ou nas imediações já ocupadas e obrigá-los a utilizar barracas padronizadas na tentativa de organizar os espaços destinados ao comércio e à circulação.

No final dos anos de 1990 o poder municipal adotou uma nova estratégia para o problema dos camelôs. O baixo índice de eficiência verificado nas experiências anteriores levou a Prefeitura a buscar conhecer a real situação do comércio informal, cadastrar os ambulantes e o tipo de produto comercializado por cada um deles. Em seguida, aproveitando a circunstância da existência de uma área pública já ocupada por ambulantes, deu início ao projeto do primeiro s*hopping* popular da cidade. O *Shopping* Popular Terceirão obteve grande êxito comercial, beneficiou 257 comerciantes tirados das ruas, que a partir de então passaram a trabalhar em endereço fixo e em ponto comercial próprio.

A experiência bem sucedida com o *Shopping* Terceirão foi ampliada e atualmente a área central conta com mais dois *shoppings* populares – o 4400 e o Centro de Comércio de Passagem – além do Centro Popular de Serviços Frutuoso Barbosa que tirou das ruas sapateiros, amoladores, relojoeiros e outros pequenos prestadores de serviço. Encontra-se em fase final de construção o Centro Popular de Comércio e Serviços do Varadouro, este, localizado na Cidade Baixa abrigará cerca de 500 boxes. Com esse conjunto de ações a Prefeitura Municipal conseguiu assegurar a liberação das áreas públicas no Centro.

O êxito na área central não sanou o problema do comércio informal na cidade como um todo. Apesar dos inconvenientes, a atividade expandiu-se também em áreas públicas para além dos limites do Centro, ampliando o conflito de interesses econômicos e sociais implícitos na questão da informalidade.

As praças de bairros localizadas em cruzamentos viários de fluxo mais intenso e a orla marítima tornaram-se espaços atrativos à atividade informal, sendo gradativamente ocupados por barracas de lanches e a instalação de pequenos bares. Freqüentemente, tais atividades começam a funcionar em caráter temporário, apenas nos fins de semana. A ausência de controle por parte do poder público favorece o avanço da ocupação dos espaços com construções mais duráveis, configurando o fato consumado e pressionando pela regularização de várias dessas ocupações.

Por meio de instrumentos como a Cessão de Uso, nos quais são estabelecidos direitos e deveres das partes e prazos de vigência da concessão, buscam-se a formalização e o controle dessas atividades. O tempo, porém, tem demonstrado a ineficiência de tais posturas, visto que nos locais onde os negócios prosperam é recorrente proceder-se à ampliação das barracas e à incorporação de porções cada vez maiores das praças fazendo prevalecer os interesses privados em detrimento da coletividade.

A experiência local tem demonstrado o quão difícil trato é o problema da ocupação das áreas públicas por atividades informais. A questão social – argumentando-se que a sobrevivência das pessoas depende de tais atividades – tem sido a mais enfatizada, mas não é a única, à reboque das ocupações desordenadas outras questões aparecem, comprometendo numa escala mais ampla a qualidade de vida urbana.

O quadro de desordenamento verificado no meado da década de 1990 nas Praças Santo Antônio e Vicente Trevas é conseqüência desse processo de alastramento do comércio informal e conseqüente desvirtuamento de funções nos espaços públicos na cidade de João Pessoa. A atual gestão municipal tem buscado através do diálogo com a comunidade local conciliar os diversos interesses – sociais, econômicos, funcionais e ambientais. A finalidade é envolver a sociedade e dirimir as diferenças em prol da construção de soluções mais sustentáveis para o meio urbano.

A Feirinha de Tambaú – Espaço de Lazer e Vitalidade Urbana

Nascida às margens do Rio Sanhauá, a cidade de João Pessoa ao longo dos três primeiros séculos de sua existência expandiu-se em ritmo lento para áreas próximas ao entorno de seu núcleo original de fundação. A expansão em direção à orla marítima e sua ocupação para fins definitivamente residenciais é fenômeno recente, que ocorreu gradativamente a partir da segunda metade do século XX, com ênfase significativa nas suas duas últimas décadas. Antes, a enseada de Tambaú, ainda era colônia de pescadores para onde as famílias mais favorecidas se deslocavam no período de veraneio.





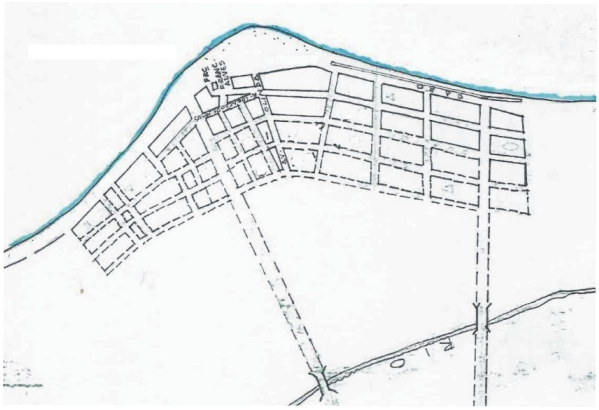
Figuras 02 e 03 – A Praia de Tambaú na década de 1940 caracterizava-se pela presença dos coqueiros a beira-mar e uma parca ocupação no sitio onde originalmente fundou-se uma vila de pescadores.

A ausência de vias de ligação mais bem estruturadas entre o Centro e o litoral contribuiu para retardar a incorporação da faixa litorânea da Praia de Tambaú à malha urbana. Em 1907 havia um trem que fazia esse percurso. Somente com a conclusão e pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, em dezembro de 1952, é que a cidade passou a contar com uma via de acesso bem estruturada, pela qual podiam trafegar carros e transporte coletivo, viabilizando a expansão da capital em direção ao mar.

As primeiras quadras ocupadas em Tambaú correspondem ao trecho compreendido entre as Avenidas Epitácio Pessoa e Ruy Carneiro. A forte presença dos pescadores fazia do bairro um reduto de muitas manifestações da cultura popular. No largo defronte à Igreja de Santo Antonio se apresentavam as Lapinhas, as danças de Côco-de-Roda e a Nau Catarineta. O extenso coqueiral, durante décadas, marcou a paisagem da praia. No final da década de 1960 o governo estadual construiu um hotel cinco estrelas visando incentivar a incipiente atividade turística na capital paraibana.

A ponta de Tambaú, imenso areal de onde costumavam partir os barcos de pesca – figura 05 abaixo – foi o local escolhido para implantação do equipamento. A construção do Hotel Tambaú alterou definitivamente a ambiência do lugar. Extensa faixa foi desapropriada para dar lugar à construção circular projetada por Sergio Bernardes. Reduziram-se os coqueiros e as gameleiras.





Figuras 05 e 06 – Imagem do Pontal por volta de 1968. Pode-se visualizar duas torres montadas a beira-mar fazendo os estudos de sondagem. No detalhe da planta de 1953 em verde, a área ocupada pelo hotel, em azul as áreas posteriormente convertidas em praças e em laranja, a Avenida Olinda.

Construído à beira-mar, melhor dizendo, dentro do mar, o hotel de forma circular e arrojada arquitetura, com o alto padrão das acomodações e serviços oferecidos converteu em novo cartão-postal a antiga e pacata Praia de Tambaú. Além de modificar a paisagem repercutiu na valorização imobiliária da área.

O incremento da atividade turística incentivou a instalação de outros hotéis, diversos bares, restaurantes e serviços afins nas imediações do mais nobre empreendimento hoteleiro da cidade. No início da década de 1980 o impacto viário causado pela presença do hotel e pela dinamização das atividades turísticas provocou nova desapropriação na área. A reestruturação da Avenida Almirante Tamandaré na porção frontal do hotel motivou a demolição de casas para ampliação das faixas de tráfego fazendo surgir um terreno remanescente, irregular que anos mais tarde daria lugar a Feirinha de Tambaú.

A chamada Feirinha começou com o hábito da população de caminhar e encontrar os amigos ao longo da calçada da orla de Tambaú nos finais de semana. Durante as férias a movimentação ampliava-se. O fluxo de pessoas naturalmente atraiu os pequenos comerciantes de comidas típicas e produtos artesanais. A área gradativamente passou a concentrar pessoas e o comércio informal, vindo a configurar fisicamente a atual Feirinha de Tambaú.





Figura 07 e 08- À esquerda foto da área por volta de 1975. Neste momento as edificações frontais ao hotel ainda se mantinham ampliando a sensação de estreitamento na avenida. À direita, no início da década de 1980, as casas já haviam sido demolidas, ampliando as visuais e desafogando o tráfego em frente ao Hotel Tambaú.

A Implantação Inicial

A primeira intervenção urbanística para ordenar a atividade informal data de 1987, promovida pela própria municipalidade. Na ocasião o local recebeu o plantio de uma espécie anã de coqueiro e alguns sombreiros. Na porção sul, a construção de doze boxes destinados às lanchonetes e pequenos bares. Do lado norte, seis boxes para a comercialização do artesanato têxtil local. Parte da área da praça foi revertida para abrigar quatro vagas de estacionamento. A utilização de materiais regionais como a alvenaria de barro, a madeira nas estruturas das cobertas, além das telhas cerâmicas desenhavam uma arquitetura tipicamente nordestina e praieira.

Com o correr dos anos todo o empraçamento atraiu a circulação das pessoas e dos pequenos negócios. O antigo grupo de estudantes universitários, freqüentadores históricos do lugar, passou a dividir as mesas dos bares e lanchonetes e os espaços públicos com outras tribos da capital e turistas do centro sul do país.

Como se pode ver na figura 09, as edificações da maneira como estavam dispostas, geravam áreas confinadas de difícil visualização para os transeuntes. Os bloqueios às principais visuais, nos fundos do lote remanescente, em especial na porção sul, deu início a uma série de transformações. O banheiro masculino recebeu um morador, em seguida as áreas entre os boxes de alimentação e a boate passaram a servir de sanitário ao ar livre, depois às prostitutas e aos traficantes de drogas nas horas mais remotas da madrugada.



Figura 09 - A primeira intervenção para a área introduziu vegetação inadequada e gerou espaços fragmentados sem qualquer articulação que favoreceu a ocupação crescente do comércio informal. A falta de um pensamento paisagístico conseqüente deixou trechos amplos abandonados que foram sendo degradados gradativamente.

Outro fator que se somou à fragilidade da implantação foi o mau planejamento da iluminação pública. Postado a doze metros de altura, o fluxo de luz era barrado pela copa das árvores que não conseguiu se desenvolver – seja por um plantio errado, seja pela má escolha das espécies para o lugar – deixando todo o empraçamento na penumbra.

A junção dessas decisões projetuais trouxe a insegurança ao lugar. A presença frouxa e permissiva do poder público amalgamou um acordo tácito entre a edilidade e os comerciantes informais. Boa parte passou a se apropriar gradativamente do espaço urbano. O empraçamento recebeu cada vez mais camelôs, ano a ano.

A figura 10 mostra a situação do local no início desta década, ou seja, como foi encontrado no início do projeto de requalificação. Na Praça Santo Antonio boxes foram subdivididos, sublocados, ampliando o número de comerciantes no local. Pequenos quiosques desmontáveis oferecendo passeios turísticos se instalaram deste lado da Feirinha. Do lado sul, pode-se ver a distribuição permitida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano para pequenos artesãos e lanchonetes. Fica bem claro o descompromisso da edilidade com o espaço destinado ao público naquele momento.

O Ministério Público, devido à omissão da municipalidade, lavrou um Termo de Ajustamento de Conduta para a área, obrigando o poder municipal a dar solução contemplando a permanência de todos os comerciantes sobre o empraçamento. Na época totalizavam vinte e sete comerciantes de alimentação e bares, duas bancas de revistas e quarenta e seis comerciantes de artesanato. Somente os guias turísticos não foram contemplados pelo TAC, pois descumpriam normas de segurança do Ministério do Turismo.

Está claro que a densidade da ocupação do local chegou ao seu ponto de saturação. O limite entre o público e o privado se rompeu. A vitalidade que a Feirinha de Tambaú vem demonstrando ao longo dos anos, só se explica pela confluência de usos do seu entorno, pela ausência de outro empraçamento capaz de reunir a população que se dirige para o bairro e pela real necessidade que esta população tem dos serviços ali desenvolvidos, mesmo que saturados em número.



Figura 10 - A implantação mostra a saturação da ocupação do comércio informal. A porção norte praticamente se privatizou, restando circulações para a população. No setor sul, apesar da área mais livre, a penumbra e as práticas ilícitas reduziu sobremaneira o público no local.

A Proposta para Requalificação

O coração do bairro de Tambaú já há algum tempo se consolidou como um centro comercial. Agências bancárias, pequenas galerias de prestação de serviços, um mercado público, além de um contingente de habitações multifamiliares se funde a um bom número de bares, restaurantes, boates, hotéis e pousadas.

No início do ano de 2005 a população daquele que foi o núcleo original de ocupação de Tambaú solicitou da administração municipal um encontro para tratar dos seus principais problemas. Num primeiro momento os moradores, os comerciantes formais, informais e o vigário da Igreja de Santo Antonio participaram de uma reunião com o prefeito da capital e representantes das secretárias de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Infra-estrutura e de Transportes.

Cada uma das representações populares lutava para resolver seus problemas de forma individual, sem perceber que a solução passaria por um amplo entendimento da área.

Problemas viários relativos ao sentido do fluxo de ruas e vagas de estacionamento foram os primeiros a serem atacados. Em seguida assinou-se um pacto de redução do ruído produzido pelas boates vizinhas às habitações. Entretanto, o cumprimento vem sendo de difícil controle. Questões relativas à coleta de resíduos e segurança foram de solução relativamente tranqüila, uma vez que a freqüência turística impõe a resolução rápida destes quesitos básicos à gestão urbana.

Restou atacar aquela que é a principal área de integração do bairro, a Feirinha de Tambaú, dividida em duas praças – ao sul a Santo Antonio e ao norte a Vicente Trevas.

O projeto de extensão UFPB /PMJP foi o veículo conceitual do processo de requalificação da Feirinha. Ao participar do Fórum de Tambaú foi possível entrar em contato com a realidade de cada uma das representações do bairro, suas necessidades básicas e desejos individuais. A visualização de todo o processo de evolução urbana do local e a mensuração exata das possibilidades daquele sítio levou a tomada de algumas decisões: 1) valorização do espaço público em detrimento de espaço privado, apesar da necessidade da cessão de boa parte da área conforme previsto pelo TAC; 2) eliminação de todos os bloqueios visuais existentes geradores de sombreamentos e locais sinistros – as edificações e as árvores; 3) adoção de materiais construtivos típicos da região, acentuando uma arquitetura nordestina, praieira com amplas cobertas e beirais de proteção solar e das chuvas e 4) introdução de uma identidade paisagística para o empraçamento através da especificação de espécies vegetais típicas da Restinga de Tambaú, variação da Mata Atlântica local.

O debruçar sobre o tema levou à separação das atividades – alimentação e artesanato – em pontos distintos do empraçamento. As diferenças e mesmo discussões intermináveis entre os comerciantes acelerou tal decisão. Assim, na Praça Santo Antonio, na parte posterior do lote, ergueu-se a bateria de banheiros que serve às duas praças. No limite perimetral implantaram-se todos os vinte e sete boxes, de tal sorte que a grande parte do espaço, seja público, seja privado, está com todas as visuais liberadas sem qualquer recanto escondido. A alternativa para definir a fronteira do público e do privado veio através da criação de patamares destinado às mesas da praça de alimentação, acima do nível original do empraçamento. Essa área é coberta e ligada através de pequenas rampas. No nível principal, bancos, ipês amarelos e roxos foram introduzidos para o desfrute do público em geral.



Figura 11 - A separação dos usos em cada uma das praças pôs fim às discussões entre os comerciantes e propiciará uma movimentação maior no empraçamento por parte do público. A área receberá novas espécies vegetais típicas da Mata Atlântica aumentado o sombreamento e um posteamento mais baixo para garantir a segurança.

A figura 11 ilustra a nova implantação mantendo a Avenida Olinda como eixo divisor, porém com menor largura para coibir a velocidade dos veículos que por ali trafegam. O empraçamento recebeu uma casa de resíduos para coleta seletiva e um reservatório destinado a abastecer todo o conjunto.

Com três fachadas livres, a situação da Praça Vicente Trevas, prevê a circulação em todas as direções, longitudinal, transversal, frente e trás. Dessa forma, garante-se a vigilância dos usuários e dos comerciantes além do policiamento tradicional. A implantação adotada prevê quarenta e oito boxes divididos em duas edificações separadas por um eixo central de circulação de pedestres. De forma curva, com a concavidade voltada para a via principal, o conjunto tem boxes abertos para frente e para trás, assim induz a movimentação ao seu redor, eliminando áreas confinadas. Uma galeria dos dois lados do edifício foi desenhada à guisa de proteção solar e de amenização das chuvas tropicais.

Aqui foi possível liberar um percentual maior do empraçamento para o público, pois a área de venda dos artesãos não demanda nada além da própria loja. A praça também receberá bancos, sibipirunas e ipês roxos, além de dois canteiros com palmeiras catolé e cactáceas da região.



Figura 12 - Imagem geral da Ferinha de Tambaú. A definição de uma arquitetura típica do litoral nordestino reforça a implantação dos espaços públicos e privados. O estudo inicial ainda mantinha um único edifício na Praça Vicente Trevas, posteriormente dividido ao meio.

A Construção de Novos Paradigmas – A Gestão Compartilhada e a Busca da Conciliação entre Interesses Públicos e Privados

Diferentemente do ocorrido em ocasiões anteriores, a proposta de Requalificação das Praças Santo Antônio e Vicente Trevas foi exaustivamente discutida entre as partes interessadas – comunidade, comerciantes e municipalidade. O êxito de um empreendimento dessa natureza passa necessariamente pela construção democrática das soluções. A implantação do projeto vem sendo viabilizada por meio da parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal, que destinou recursos próprios para urbanização das praças e o Banco do Brasil, que através do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável –DRS – concedeu financiamento aos comerciantes para construção dos boxes.

O conceito básico do projeto de sustentabilidade econômica da Feirinha é a gestão compartilhada entre poder público e os comerciantes. A definição clara dos direitos e deveres de cada uma das partes procura pôr em funcionamento um modelo diferente dos anteriores e que já vem sendo introduzido nos projetos de requalificação dos mercados públicos da cidade desde 2005. O acompanhamento dos técnicos do banco e da municipalidade na formação e capacitação dos comerciantes objetiva uma nova relação de trabalho, com oferta de serviços de melhor qualidade. Essa etapa é a mais importante de todo esse processo, pois trata-se de introduzir uma nova cultura de trabalho, de garantir acesso à informações que possam estimular o crescimento dos pequenos empresários.

O papel da equipe de arquitetura e urbanismo foi espacializar as ansiedades colocadas na mesa de negociação. A reflexão a respeito de um número maior de variáveis envolvendo o conjunto poderá ajudar na previsão de alguns problemas futuros, prevenindo o desvirtuamento de usos e funções como verificado em experiências anteriores.

As obras da Praça Santo Antonio deverão ser entregues no início de maio. Por essa época deverá ser montado o canteiro da Praça Vicente Trevas, de tal sorte que no próximo verão o conjunto poderá receber a população e os turistas que têm visitado a capital paraibana em número cada vez mais crescente.

Referências Bibliograficas

AGUIAR, Wellington e MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro.** 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, 1989.

COUTINHO, Marco Antônio Farias; RODRIGUES, Celso Luiz Pereira. **Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da Avenida Epitácio Pessoa em João Pessoa, Paraíba,** NUTAU 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo, Martins Fontes. 2001

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade**. São Paulo, Editora Brasiliense. 1961.

SOUSA, Alberto; VIDAL, Wylnna. **Lugar de camelô não é mais a rua: A experiência do Shopping Popular na cidade de João Pessoa,** NUTAU 2004.

VARGAS, Heliana Comin e Ribeiro, Helena (orgs.) **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana.** São Paulo: EDUSP, 2001.

VIDAL, Wylnna. **Transformações urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940**. João Pessoa: UFPB, 2004. (Dissertação de Mestrado).